

Itaipu Binacional: acordo entre Brasil e Paraguai

A primeira fase de negociação entre Brasil e Paraguai sobre Itaipu foi encerrada. O Presidente do Paraguai, Fernando Armindo Lugo Méndez, e o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, firmaram compromisso com a integração energética regional.

Ambos os presidentes acordaram que a Administración Nacional de Electricidad (ANDE) irá gradualmente, com a brevidade possível, comercializar, no mercado brasileiro, a cota paraguaia da energia de Itaipu. Com esse propósito, as duas Partes intercambiarão, durante 60 dias, propostas específicas para a discussão em reuniões de um grupo de trabalho. O resultado das discussões será apresentado aos presidentes do Brasil e do Paraguai no final de outubro.

O grupo será constituído por representantes dos respectivos ministérios da área de energia, pelos Diretores-Gerais de Itaipu, pelos representantes da ELETROBRAS, da ANDE e das Chancelarias. Também serão estabelecidas por esse grupo, as condições para que a ANDE também possa comercializar no mercado brasileiro energia da hidrelétrica de Acaray e da represa de Yguazú, bem como excedentes disponíveis em outras fontes de geração do Paraguai.

Ao próprio Paraguai interessa que essa transição para o mercado livre brasileiro seja gradativa. Isso porque, hoje, o mercado não teria condições de absorver integralmente a cota paraguaia de Itaipu. A abundância de energia derrubaria os preços no mercado livre e impediria os objetivos do Paraguai de ampliar suas receitas com a usina.

A principal demanda paraguaia, a de negociar sua fatia de Itaipu para outros países, foi colocada como uma agenda possível para depois de 2023. Dessa forma, o governo brasileiro garantiu a segurança energética do País. O volume não consumido pelo Paraguai continuará a ser negociado no Brasil, assim, a migração da energia do ambiente cativo para o livre não afeta o balanço entre oferta e demanda.

Os consumidores livres já demonstram interesse na oferta de Itaipu. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE), Ricardo Lima, uma série de associados entrou em contato em busca de informações sobre o tema. Segundo a diretoria brasileira de Itaipu, a tarifa da usina para o Paraguai este ano é de US\$ 48/MWh. Lima revela que as grandes indústrias estariam dispostas a pagar até US\$ 55/MWh.

Além da permissão para a ANDE vender a cota paraguaia no mercado brasileiro, outro ponto firmado na reunião foi a mudança no chamado fator de multiplicação para o cálculo da remuneração da cessão da energia do Paraguai. Essa remuneração refere-se ao valor pago ao Paraguai pela exclusividade de compra de energia excedente de Itaipu. O fator de multiplicação passou de 5,1 para 15,3. Com base no orçamento de 2009, essa medida resultará em um aumento na receita paraguaia de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões. Existia a preocupação de que o aumento do fator de multiplicação fosse repassado aos consumidores cativos. No entanto, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, revelou que isso não ocorrerá porque o incremento será pago com o abatimento dos juros da dívida da hidrelétrica.

Apesar da pressão paraguaia em elevar sua receita de Itaipu, o aumento pela remuneração e a permissão para vender sua cota no mercado livre não devem ocorrer no curto prazo. A primeira medida precisa de aprovação dos congressos do Brasil e do Paraguai.

Infraestrutura Energética

Energia Elétrica

MP 466: CCC deverá aumentar 100% e onerar ainda mais consumidor, afirma Abrace

A Medida Provisória nº 466, assinada dia 30 de julho pelo presidente Lula, deverá onerar ainda mais o consumidor brasileiro. De acordo com o presidente da Abrace, Ricardo Lima, a medida aumentará em praticamente 100% o valor da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), que hoje é de R\$ 2,5 bilhões. Segundo ele, esse aumento se deve, principalmente porque o ICMS sobre o combustível que deixaria de ser pago pela CCC vai voltar para a conta. "Esse ano, seria o último em que o ICMS sobre o combustível seria pago com o dinheiro da CCC, mas a MP revogou isso e o montante vai voltar para essa conta", explicou o executivo. Ele disse ainda que a CCC deveria valer por um prazo de 20 anos a partir de 1998, ou seja, terminar em 2017. Além disso, segundo Lima, a medida provisória vai onerar ainda mais o consumidor, visto que todos os custos serão repassados na tarifa. Outro aspecto ressaltado pelo presidente da Abrace diz respeito ao aumento de 0,3% nos investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento que são realizados pelas concessionárias. Pela MP, as concessionárias são obrigadas a destinar 1,3% da sua receita operacional líquida aos projetos de P&D. Antes o índice era de 1%. (30.07.2009 – CanalEnergia)

CCC e CDE foram maiores encargos do setor em 2008, segundo MME

A CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foram os maiores encargos do setor elétrico em 2008. Segundo o informativo tarifário, elaborado pelo Departamento de Gestão do Setor Elétrico, que integra a Secretaria de Energia Elétrica do MME, a CCC representou a maior participação dos encargos setoriais nas receitas das distribuidoras em 2008 (34%), enquanto a CDE obteve participação de 29%. A Reserva Global de Reversão (RGR) ficou com 9% do total e o Encargo de Serviços do Sistema (ESS) correspondeu a 7% das receitas. Cota Proinfra, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) e Taxa de

Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) somaram representatividade de 21%. O total de encargos setoriais em 2008 representou participação de 11,9% na receita requerida, contra 10,1% em 2007. Em 2001, a participação ficou em 7,3%. Na comparação entre 2001 e 2008, a participação da CCC na receita requerida caiu de 5,0% para 3,8%. A CDE aumentou de 2,0%, em 2003, para 3,3% no ano passado. (17.07.2009 – CanalEnergia)

CCEE altera cálculo de garantias financeiras para Mercado de Curto Prazo

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) alterou o cálculo das garantias financeiras para as operações do Mercado de Curto Prazo. Segundo a CCEE, as mudanças resultaram na ampliação de 5% para 10% no limite de desvio na declaração de previsão de geração e carga, a pedido dos agentes. A apresentação desses dados é obrigatória e utilizada para efeito de cálculo das exposições de mercado de cada agente. A CCEE explicou que como esta declaração é feita com base em um horizonte de cinco meses, a regra previa a possibilidade de um desvio de até 5% entre o valor declarado e o efetivado - ampliada agora pela câmara. A medida teve aplicação a partir da liquidação financeira de maio passado. (30.07.2009 – CanalEnergia)

MME aprova Plano Decenal de Expansão de Energia 2008-2017

O MME aprovou o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2008-2017, de acordo com a portaria nº 287, publicada dia 3 de agosto, no Diário Oficial da União. Segundo o MME, o PDE já leva em consideração as contribuições recebidas no processo de consulta pública, que encerrou-se no dia 28 de fevereiro deste ano. Ainda foram introduzidos ajustes cabíveis e definidas melhorias para o próximo ciclo de planejamento. (03.08.2009 – CanalEnergia)

Leilão de Belo Monte é adiado para fim de outubro

O presidente da EPE, Maurício Tolmasquim, afirmou que o leilão do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte deve ocorrer no final de outubro. O fato de o governo ainda não ter publicado o edital causa preocupação entre investidores privados. A previsão era de licitar

a hidrelétrica no fim de setembro. (21.07.2009 – O Estado de S. Paulo)

TRF derruba liminar que paralisou licenciamento de Belo Monte

O presidente do TRF da 1ª Região, desembargador Jirair Meguerian, derrubou a liminar que interrompeu o processo de licenciamento ambiental da UHE Belo Monte. Para o desembargador, a contagem do período de 45 dias para o pedido de realização de audiência pública não prejudica o processo ambiental e nem torna inócua eventual decisão sobre o pleito do MPF. O MPF do Pará move ação civil pública na vara federal de Altamira, que concedeu a liminar, questionando o aceite do EIA/RIMA pelo Ibama. Para o presidente do TRF, houve invasão de competência pública já que cabe ao Ibama realizar as audiências públicas. Mas, em 2 de junho, o juiz de Altamira, Antonio Carlos Almeida Campelo, concedeu a liminar para o MPF, interrompendo o processo. Dia 31 de julho, de acordo com a assessoria do TRF, o desembargador deferiu a suspensão da liminar. O governo ainda tem esperança de conseguir a licença prévia e realizar o leilão da usina este ano. (04.08.2009 – CanalEnergia)

Aneel disponibiliza edital do leilão A-3

A Aneel aprovou o edital do leilão A-3, previsto para o dia 27 de agosto. As regras estabelecem, entre outros pontos, que o certame ocorrerá por inversão de fases - a habilitação das vendedoras que negociarem energia no leilão será realizada após a fase de oferecimento de lances. A Aneel aprovou ainda o modelo dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado. O preço-teto foi definido em R\$ 144,00/MWh para empreendimentos de fonte hídrica e de R\$ 146,00/MWh para usinas de outras fontes. O edital também estabelece que as proponentes deverão recolher garantia de participação no valor corresponde a 1% do investimento declarado pela EPE. As compradoras também recolherão garantia financeira de R\$ 2 mil/MWmed declarado para participação no leilão. As garantias de participação irão vigorar por até cinco dias úteis após a data determinada para aporte das garantias de fiel cumprimento. As vendedoras que negociarem energia no leilão deverão recolher na Aneel a garantia de fiel cumprimento no valor de 10% do valor do

investimento, com validade até três meses após o início da operação comercial da última unidade geradora. (27.08.2009 – CanalEnergia)

ABCM avalia que IN IBAMA nº7 pode tirar térmicas a carvão do leilão A-5

A Instrução Normativa nº 7 do Ibama poderá causar uma baixa no leilão A-5, prevista para o último trimestre do ano. Para a Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), os empreendedores não vão cadastrar projetos a carvão mineral no certame devido ao aumento de custos provocado pela norma. Se essa previsão da associação se concretizar, as expectativas do governo de aumentar a participação das térmicas a carvão mineral na matriz energética de 1,4 GW, em 2005, para 6 GW, em 2030, podem ser comprometidas. Essa debandada prevista das térmicas a carvão se deve ao acréscimo de 40% nos investimentos como forma de compensação das emissões. A ABCM afirmou também que, somente em decorrência das determinações da IN-7, prevê-se um aumento de 20% no preço da energia dessas usinas. (20.07.2009 – CanalEnergia)

UTE Porto de Pecém I deve ser antecipada em três meses

A térmica a carvão de Porto de Pecém I deve entrar em operação três meses antes do prazo estipulado. Com isso, a usina, que tem energia contratada com o ambiente regulado a partir de janeiro de 2012, poderá entrar em operação no segundo semestre de 2011. A expectativa é do presidente da EDP Brasil, Antônio Pitta de Abreu. (30.07.2009 – CanalEnergia)

Eletronuclear começa obras de Angra 3 em setembro

Depois de obter o aval do TCU, a Eletronuclear confirmou o início das obras civis da usina nuclear Angra 3 para setembro. Segundo o presidente da estatal, Othon Luiz Pinheiro, a construtora responsável pelo projeto concordou em se adequar à redução no orçamento definida pelo TCU de R\$ 120 milhões. Pinheiro admitiu que o cronograma da obra está no limite, mas salientou que a usina deve começar a operar entre 2014 e 2015. (25.07.2009 – Jornal do Brasil)

Senado propõe Regime Especial de Tributação para Fontes Alternativas

Como forma de estimular os investimentos em fontes alternativas de energia, está sendo

proposto no Senado Federal a criação do Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfra). O PLS 311/09 tem por objetivo desonerar as pessoas jurídicas que exerçam atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia a partir de fontes alternativas, bem como de novas tecnologias ou materiais de armazenamento de energia. Além disso, o projeto estabelece que a geração de energia alternativa, atendidas as exigências técnicas e legais, poderá ser desenvolvida de forma independente por qualquer pessoa física ou jurídica, abrindo espaço para que os agentes possam utilizar ou comercializar sua produção. Dessa forma, as distribuidoras, conforme determina o PLS, deverão priorizar a aquisição de energia limpa desses produtores, cuja despesa também deve ser repassada ao consumidor final isenta dos impostos e contribuições previstos no projeto de lei. (30.07.2009 – CanalEnergia)

Eólicas terão incentivo fiscal e mais facilidade para importar

Investidores nacionais e estrangeiros demonstraram forte interesse no primeiro leilão voltado exclusivamente a usinas eólicas, previsto para 25 de novembro. Eles apresentaram 441 projetos, que totalizam 13,3 mil MW, ao MME. Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Ceará concentram 79% dos empreendimentos. Edson Lobão, ministro de Minas e Energia, anunciou que as novas usinas eólicas serão enquadradas no Reidi, um regime especial de incentivo tributário, e terão normas mais flexíveis para importação de equipamentos. Foi liberada a compra no exterior de aerogeradores com potência nominal igual ou superior a 1,5 MW. Hoje, as turbinas em funcionamento no país raramente ultrapassam 1 MW. (17.07.2009 – Valor Econômico)

MMA cria grupo de trabalho para apoiar instalação de sistemas de aquecimento solar

O MMA instituiu um grupo de trabalho para apoiar a disseminação dos sistemas de aquecimento solar de água, elaborar e acompanhar atividades específicas que visam a instalação destes sistemas no Programa “Minha Casa Minha Vida”, do governo

federal. A equipe vai elaborar e encaminhar um plano de trabalho para aprovação das instituições integrantes e terá 15 meses para acompanhar as ações planejadas. Eles deverão também avaliar os resultados obtidos na execução das medidas planejadas, apresentando relatórios dos resultados e sugestões para possíveis etapas posteriores. Entre as razões que levaram o MME a estabelecer o grupo sobre a utilização de sistema de aquecimento solar de água estão o menor impacto ambiental e menor degradação dos recursos naturais e o fato de a energia solar contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa. (22.07.2009 – CanalEnergia)

Biocombustíveis

Crise atropela megaprojeto de etanol

A empresa Brenco está à procura de sócios dispostos a injetar pelo menos R\$ 300 milhões no seu projeto de etanol e energia renovável. Com dificuldades para levantar novos recursos, a Brenco já foi obrigada a adiar o cronograma de abertura de usinas e o pagamento de fornecedores. No fim de junho, um acordo entre os atuais acionistas definiu um aporte adicional de R\$ 580 milhões, que se somaram ao R\$ 1,8 bilhão investido inicialmente no negócio. O BNDES, que já havia entrado com R\$ 1,2 bilhão na primeira fase, concordou em emprestar mais R\$ 150 milhões. Hoje, a participação do banco oficial é de 20% do capital. Quando o projeto foi apresentado aos investidores, o preço do barril de petróleo chegava a US\$ 150 e a esperança eram os biocombustíveis. A promessa da Brenco era atingir em 2015 a produção de 3,8 bilhões de litros de etanol, o que corresponderia a 15% da produção nacional e 4% da mundial. Mas a primeira usina, na cidade goiana de Mineiros, teve sua abertura adiada de maio para outubro de 2009. Outras três só devem entrar em operação entre fevereiro e outubro de 2010. (18.07.2009 – O Globo)

Açúcar já paga 68% a mais que álcool hidratado no país

A forte valorização do açúcar tem estimulado a maior produção da commodity no Centro-Sul do país. No mercado doméstico, o açúcar está remunerando 57% mais que o álcool anidro. Em relação ao hidratado, o açúcar tem pago

68% mais, segundo levantamento feito pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). (21.07.2009 – Valor Econômico)

Produção brasileira de etanol deve cair

A produção de etanol na safra 2009/10 pode ficar abaixo da safra passada, quando atingiu cerca de 27 bilhões de litros. De acordo com Plínio Nastari, presidente da Datagro Consultoria, o menor rendimento da cana em função do excesso de chuvas, aliado ao fato de o mercado de açúcar estar remunerando mais, já está fazendo com que a produção de açúcar seja priorizada. A menor oferta de etanol deve fazer com que os preços fiquem mais elevados no segundo semestre. (03.08.2009 – O Estado de S. Paulo)

Bagaço pode virar gás e depois álcool

A transformação de caldo em etanol aproveita somente um terço do potencial energético da cana-de-açúcar. Os outros dois terços estão no bagaço e na palha. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) está criando, com um grupo de empresas, um projeto para desenvolver uma técnica de gaseificação de biomassa, que permitiria transformar esse material que hoje não é utilizado em vários produtos, como gasolina, diesel, metanol, etanol e fertilizantes. A planta piloto de gaseificação será instalada em Piracicaba (SP), em parceria com o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O centro de gaseificação de biomassa de Piracicaba deve ficar pronto no fim de 2010. A ideia é que a pesquisa dure três anos, com o objetivo de chegar ao término desse período com o domínio de uma técnica que tenha viabilidade comercial. O IPT está submetendo o projeto ao BNDES e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para levantar entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões para a pesquisa. (02.08.2009 – O Estado de S. Paulo)

Petróleo & Gás

Obras do Comperj são retomadas

A terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) foi retomada dia 3 de agosto. As obras de terraplanagem, que estão sendo realizadas no município de Itaboraí, no Grande Rio, foram interrompidas no dia 22 de julho, em razão de uma

discordância quanto à interpretação da metodologia aplicada para definir os preços para a execução. Depois de negociações, a Petrobras fechou acordo com o consórcio CTC, formado pelas construtoras Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht e Queiroz Galvão, celebrando um aditivo de prazo por mais 60 dias para que as obras sejam retomadas plenamente. A Petrobras esclareceu que, em virtude do volume de chuva nos últimos meses ter sido maior do que a média histórica na região de Itaboraí, a verba prevista dentro do contrato para cobrir os gastos com as paralisações durante as chuvas havia se esgotado. (03.08.2009 – Jornal do Brasil)

Petrobras e PDVSA acertam acordo

A Petrobras e a petroleira estatal venezuelana PDVSA eliminaram os obstáculos e conseguiram chegar a um acordo para investir em parceria na Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Segundo o diretor de Abastecimento da estatal brasileira, Paulo Roberto Costa, a expectativa é de que o contrato seja assinado no próximo encontro entre o presidente Lula, e o venezuelano Hugo Chávez, em setembro. Na ocasião, a Venezuela vai aportar ao menos R\$ 800 milhões referentes ao que a Petrobras gastou na unidade até 31 de dezembro de 2008. (05.08.2009 – O Estado de S. Paulo)

Custo de Tupi pode cair até US\$ 12 bilhões, diz Petrobras

A Petrobras poderá ter uma redução de até US\$ 12 bilhões nos custos de instalação dos sistemas de produção do Campo de Tupi, informou o diretor financeiro da estatal, Almir Barbassa. Segundo ele, os primeiros testes apontaram que cada unidade prevista para operar na área pode chegar ao pico de sua capacidade de produção, de 120 mil b/d, com a vazão de 20 poços e não de 30, como previsto anteriormente. Cada poço custa cerca de US\$ 120 milhões. Como serão dez plataformas na região, cada uma com capacidade para produzir 120 mil b/d, a economia com dez poços a menos em cada unidade é de US\$ 1,2 bilhão, ou US\$ 12 bilhões no total. (28.07.2009 – O Estado de S. Paulo)

Taxa de sucesso da estatal está em 87% nas novas áreas no oceano

As reservas gigantes de petróleo do pré-sal são um pouco menos promissoras do que a

Petrobras divulgara inicialmente: a estatal já perfurou quatro poços secos na nova província (nas bacias de Campos e do Espírito Santo). A empresa sempre repetiu que o risco exploratório no pré-sal era zero e que havia obtido 100% de êxito nas perfurações. A taxa de sucesso está em 87%, percentual bem acima da média do setor, de 25% a 30% nas áreas marítimas. A Petrobras ressalta que na bacia de Santos, onde estão as mais promissoras reservas do pré-sal, seu índice de sucesso se mantém em 100% nos 11 poços perfurados até o fim de 2008. (31.07.2009 – Folha de S. Paulo)

Divergências no governo travam projeto para o pré-sal

Mesmo após quase dois anos de discussão, divergências dentro do governo em relação ao novo marco legal para exploração do petróleo na camada pré-sal impediram que três anteprojetos de lei propostos pela comissão interministerial que analisa o tema fossem aprovados dia 5 de agosto pelo presidente Lula. Os anteprojetos tratavam da mudança do marco legal, da criação de uma nova empresa estatal e da criação do fundo social no qual será depositada parte dos recursos com a exploração das medidas. Após cerca de três horas de reunião, o ministro Edison Lobão (Minas e Energia) deu breve entrevista coletiva à imprensa na qual anunciou a falta de consenso e até mesmo de um novo prazo para elaboração das mudanças. Ainda de acordo com Lobão, Lula irá ouvir lideranças sindicais e empresariais sobre o assunto. Não foi decidido quando será marcada uma nova reunião para definir as regras. O ministro informou ainda que, quando as divergências forem sanadas, os anteprojetos serão oficialmente enviados ao presidente, em outra reunião. Entre os itens sobre os quais não há acordo, estão o mecanismo que vai escolher a Petrobras como parceira preferencial da nova estatal do setor e como será a divisão da renda do pré-sal entre União, Estados e municípios. (06.08.2009 – Folha de S. Paulo)

ANP vai furar poços para mapear pré-sal

O governo definirá, a cada licitação dos campos de petróleo da camada pré-sal, o percentual do produto a ser destinado à União. O percentual não constará do projeto de lei que será encaminhado ao Congresso Nacional, com as novas regras de exploração. A partilha vai

variar de campo para campo. Em algumas áreas, dependendo da quantidade de óleo estimada, não haverá licitação, toda a exploração será feita pela Petrobras. De acordo com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para descobrir esses campos e também para conhecer melhor o potencial petrolífero do pré-sal e assim definir as futuras participações da União nos blocos a serem licitados no modelo de partilha, o governo usará a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Atualmente, a perfuração só é feita nas áreas já licitadas e pelos consórcios vencedores. Ao atribuir essa tarefa à ANP (que legalmente possui esse direito), o governo quer ampliar o conhecimento geológico dos blocos antes das novas licitações. Com mais conhecimento, o governo poderá pedir um percentual maior nas licitações de partilha ou decidir explorar sozinho. (07.08.2009 – Valor Econômico)

Brasil reduz demanda de gás natural boliviano

O Brasil reduziu sua demanda de gás natural boliviano, de 30 milhões de m³/d para 21 milhões m³/d desde o dia 14 de julho, disse Cyro Camacho, presidente da estatal boliviana YPFB. O Brasil, segundo o jornal, diminuiu suas importações por uma redução da demanda industrial, principalmente em São Paulo. (23.07.2009 – Folha de S. Paulo)

Gás natural de Coari chegará em Manaus em outubro

A Petrobras, que está investindo R\$ 4,6 bilhões no gasoduto Coari-Manaus, garante que no início de outubro o gás natural será entregue à Cigás (Companhia de Gás do Amazonas), que fará a distribuição do produto. Para continuar o transporte de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) entre Urucu e Coari, a estatal informa que foi concluída a construção de um novo duto de GLP neste trecho, que está em funcionamento desde fevereiro de 2009. Segundo o gerente do Dienor (Departamento de Implementação de Empreendimentos para o Norte da Petrobras), Mauro Loureiro, até setembro deste ano estarão concluídas todas as obras do gasoduto no trecho de Coari até Manaus, assim como as obras de adaptação do duto existente entre Urucu e Coari, que anteriormente transportava GLP e passará a movimentar gás natural. Loureiro informou que o gasoduto terá capacidade inicial para transportar 4,1 milhões de m³/d a partir de outubro deste ano, e com a

instalação de duas estações de compressão intermediárias entre Urucu e Coari alcançará 5,5 milhões de m³/d, que é a capacidade total. O gasoduto Urucu-Coari-Manaus possui 661 km de extensão. Loureiro informou que 7 usinas termelétricas (725 MW) abastecem a cidade de Manaus, com o gasoduto Coari-

Manaus, estas termelétricas, que hoje operam com óleo combustível e óleo diesel, poderão substituir em grande parte estes combustíveis líquidos pelo gás natural. (14.07.2009 – Portal Amazônia)

Infraestrutura Logística

Privatização do Galeão perde o prazo para a Copa no Brasil

Mesmo com o apelo da Copa do Mundo de 2014 e a militância do governador do Rio, Sérgio Cabral, o Aeroporto Internacional Tom Jobim (Galeão) deverá continuar nas mãos da Infraero. Apesar do discurso oficial, fontes do governo já admitem que dificilmente tanto o Galeão quanto Viracopos (Campinas) serão privatizados na gestão do presidente Lula. O principal entrave é a falta de tempo para fechar o modelo de concessão diante do calendário eleitoral em 2010. A modelagem teria de estar pronta ao menos seis meses antes do lançamento do edital para atender às exigências do TCU. Até agora, afirmou um técnico, nada avançou nesse sentido. A Anac ainda está fechando uma regra geral aplicável a todos os aeroportos que venham a integrar a lista de privatizáveis. Previsto para ser apreciado pelo Conselho de Aviação Civil (Conac) – que se reúne duas vezes ao ano, em média – a concessão dos aeroportos ficou fora da pauta da última reunião e não há previsão de quando o assunto será apreciado. (17.07.2009 – O Globo)

Anac propõe regras para privatização de aeroportos

As empresas aéreas poderão ter participação na concessão de aeroportos no Brasil. O percentual ainda não está fechado, mas a tendência é de que varie entre 10% e 20%. Esse é um dos pontos que constam na minuta da proposta de marco regulatório preparada pela Anac e já encaminhada aos ministérios da Defesa, Planejamento, Fazenda e Casa Civil e também para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Agora, os técnicos da Anac aguardam os pareceres dos órgãos públicos para fechar a proposta final, que será apresentada ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, na segunda semana de agosto. Somente

depois disso é que o ministro deverá levar o assunto para a Presidência da República, que tomará a decisão final. (31.07.2009 – O Estado de S. Paulo)

Engenheiro será presidente da Infraero

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, confirmou que Murilo Marques Barboza assumirá a presidência da Infraero. Engenheiro eletricitista, Barboza é atual chefe de gabinete de Jobim e preside, desde outubro de 2007, do Conselho Fiscal da Infraero. Ele também já foi presidente do Conselho Fiscal da Companhia Docas do Estado de SP; diretor de Telecomunicações da Presidência e assessor especial do Ministério da Defesa, tendo como áreas básicas de atuação a espacial, nuclear e tecnologia de defesa. Barboza substitui o brigadeiro Cleonilson Nicácio Silva, no cargo desde dezembro, e que deixa o posto para retornar para a ativa da Aeronáutica. (05.08.2009 – Folha de S. Paulo)

Rio libera o Santos Dumont com restrições

A Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio anunciou que a licença de operação do Santos Dumont será concedida, porém, estabelecerá restrições ao funcionamento do aeroporto. O objetivo é diminuir o impacto sobre os bairros próximos, que aumentou com a liberação do aeroporto para outros voos além da ponte aérea, ocorrida em março. Segundo o presidente do Inea (Instituto Estadual do Ambiente), Luiz Firmino Martins Pereira, uma das medidas adotadas será a proibição dos voos durante a madrugada. O novo horário de operação deve ser das 6h às 22h. A licença também estabelecerá em 5 milhões o limite máximo para o número de passageiros que poderão transitar pelo aeroporto a cada ano. No pedido de licença, a Infraero solicitava autorização para embarcar e desembarcar 8 milhões de pessoas, que é a capacidade total. A Infraero não comentou as medidas. Já a Anac

disse que estuda a possibilidade de adoção de rotas alternativas. (05.08.2009 – Folha de S. Paulo)

Fim de contratos atrasa investimento em portos

O fim dos contratos de concessão virou realidade no setor de portos. Cerca de 100 arrendamentos de terminais e armazéns espalhados pelo litoral brasileiro terão os prazos expirados até 2013 e a maioria passará por novo processo de licitação, garante a Secretaria Especial de Portos (SEP). Na prática, no entanto, o assunto tem sido tratado com medidas paliativas. Embora já haja contratos vencidos há meses, nenhuma licitação foi feita até agora. Alguns terminais estão operando com contratos emergenciais. Outros tentam reverter a situação na Justiça. E há ainda aqueles que operam sem nenhuma restrição nos portos. Na avaliação de especialistas, o governo subestimou o tamanho do problema, o que tem provocado paralisação nos investimentos das empresas envolvidas. "Ninguém vai investir na expansão ou modernização sem saber se continuará com o arrendamento. Precisamos de uma definição rápida", diz o presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Willen Manteli. Segundo ele, apenas em sete arrendamentos que terão contratos vencidos (a maioria no Porto de Santos), há cerca de R\$ 250 milhões em projetos aguardando solução. Trata-se de investimentos essenciais para reduzir o custo do transporte, que está entre os maiores do mundo, e melhorar a competitividade do produto brasileiro no exterior. As operadoras dos terminais lutam para conseguir prorrogar os contratos. Eles argumentam que a Lei dos Portos, de 1993, permite a prorrogação e pedem que o assunto seja submetido à Advocacia Geral da União (AGU) em regime de urgência, já que o governo está atrasado nesse processo. (20.07.2009 – O Estado de S. Paulo)

Credenciamento de operadores portuários será mais rigoroso no Porto de Paranaguá

As normas de pré-qualificação para credenciamento dos operadores portuários, que estão em atividade ou que irão atuar nos portos de Paranaguá e Antonina, vão passar por uma revisão geral. O trabalho liderado pela comissão de Regulação Portuária, do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), irá mapear os

principais pontos que deverão ser modificados. Com as mudanças, os critérios para o credenciamento das empresas que vão atuar nos portos de Paranaguá e Antonina serão mais rigorosos e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) passará a atuar com outros órgãos, como a Receita Federal, na qualificação dos operadores. Além da revisão da norma de pré-qualificação, a proposta é que alguns certificados sejam cancelados, em função de estarem inativos há muitos anos ou de não se caracterizem como operadores portuários. (03.08.2009 – APPA)

Draga chega ao porto de Recife

A draga holandesa Volvox Delta chegou a capital pernambucana dia 9 de agosto e já no dia 10 deve começar a operar nas obras de dragagem da parte externa do Porto. A expectativa é que em três semanas o trabalho seja concluído, finalizando a ação de aprofundamento do cais. A obra teve início em março, com a dragagem da parte interna. As duas juntas exigiram investimentos de R\$ 31 milhões vindos do governo federal. Há mais de dez anos o Porto do Recife não passava por um processo de dragagem. (06.08.2009 – Jornal do Commercio)

Obras nos berços do Porto de Itajaí estão paralisadas

Uma mudança técnica no projeto de reconstrução do Porto de Itajaí paralisou as obras. Os trabalhos serão suspensos e só devem recomeçar após o TCU autorizar o governo federal a fazer uma nova licitação e contratar uma empresa em caráter emergencial. A notícia foi dada pelo ministro da SEP, Pedro Brito. O problema foi detectado quando o consórcio TSCC, vencedor da licitação, já estava trabalhando nas obras. Devido à enchente de novembro do ano passado, a profundidade das águas aumentou e as estacas de segurança para recuperação dos dois berços atingidos, previstas inicialmente para 35 m, precisarão ser alteradas para 50 m. A plataforma, que tinha previsão inicial de 18 m de comprimento, deve ser aumentada para 30 m. A SEP estima que, com as alterações, a reconstrução dos dois berços atingidos pela enchente custará 50% a mais do que o previsto, uma diferença de R\$ 85 milhões. A necessidade do novo projeto foi determinada pelo próprio TCU. Um aditivo no projeto original foi inviabilizado, uma vez que só

permitiria acréscimo de 25% no valor do contrato. Segundo o governo federal, os R\$ 350 milhões estimados para a obra estão garantidos para empenho até o final do ano. Deste valor, R\$ 6 milhões foram investidos na drenagem e R\$ 5 milhões em obras. (22.07.2009 – Jornal de Santa Catarina)

Hidrovia pode absorver 20% do transporte de contêineres

Até novembro, deve ser iniciada uma operação regular nas hidrovias gaúchas para o transporte de contêineres entre Porto Alegre e Rio Grande. O secretário de Infraestrutura e Logística, Daniel Andrade, acredita que o modal possa ser responsável por 15% a 20% da movimentação de contêineres realizada no Estado, no prazo de dois anos. Já foi identificada uma demanda entre 20 mil e 25 mil TEUs/ano, que poderá ser atendida pela via fluvial. Andrade participou, dia 5 de agosto, da assinatura de protocolo para desenvolvimento do transporte intermodal. O documento traça objetivos e metas para fomentar o segmento hidroviário no Rio Grande do Sul. Ele destaca que estão envolvidos na ação o governo do Estado, os donos de carga, os operadores de navegação, entre outros. Sobre o deslocamento de contêineres pela via fluvial, o secretário relata que ainda não está definida a empresa que prestará o serviço. Em curto prazo, uma opção é que a operação seja feita por barcas equipadas com guindastes próprios para contêineres, o que facilitaria o carregamento e descarregamento nos portos. Futuramente, é possível que seja construído um terminal no porto da Capital. Manteli, que é presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), também salienta que a dragagem será fundamental para o bom aproveitamento das hidrovias. Andrade e o superintendente de Portos e Hidrovias, Gilberto Cunha, autorizaram contratação do serviço de dragagem de manutenção dos canais artificiais das hidrovias interiores do Rio Grande do Sul. O volume total estimado a ser dragado é de

762,3 mil m³/ano, e o valor da operação, de R\$ 5,78 milhões. (06.08.2009 – Jornal do Commercio)

Reconstrução da rodovia Porto Velho- Manaus divide o governo

As obras de reconstrução da estrada de 870 km, conduzidas em ritmo lento pelo Exército no trecho já licenciado (até Humaitá), avançam de Rondônia em direção ao coração do Amazonas, onde a BR-319 cruza a Transamazônica. Quase uma picada no meio da floresta em alguns trechos, a BR-319 divide o governo federal. O Ibama rejeitou a licença ambiental para o resto da estrada, mas o DNIT, do Ministério dos Transportes, lista argumentos econômicos e sociais para tirar do papel o projeto, incluído como prioridade no PAC. (20.07.2009 – Valor Econômico)

Trem-bala fará Rio-São Paulo em 93 minutos

Estimada inicialmente em R\$ 20 bilhões, a construção do trem de alta velocidade, que ligará o Rio de Janeiro a São Paulo, deverá custar R\$ 34,6 bilhões, entre investimentos públicos e privados. A informação consta de um estudo da consultoria inglesa Halcrow. Feito a pedido do governo federal, o levantamento calculou que o trajeto será percorrido em 93 minutos, ante os 110 exigidos por avião (incluídos check-in, embarque e desembarque). A consultoria estima que o preço das passagens ficará entre R\$ 150 e R\$ 200. O governo prepara um projeto de lei para criar uma estatal que supervisionará a construção. Mas os técnicos do projeto duvidam que a obra esteja pronta até 2014, ano da Copa do Mundo do Brasil. De acordo com o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, o projeto de lei passa pelos últimos ajustes e deve ser enviado ao Congresso Nacional nos próximos meses. (18.07.2009 – Jornal do Brasil)

Telecomunicações

Portugal Telecom pede a Lula desoneração no setor

O presidente da Portugal Telecom, Zeinal Bava, pediu em reunião com o presidente Lula redução da carga tributária sobre a telefonia

celular e sobre a banda larga para ampliar o acesso da população aos serviços. Segundo Bava, a necessidade de redução de impostos é uma reivindicação de consenso do setor. O empresário disse que a carga tributária que

incide sobre esses serviços no Brasil chega a 44%. (17.07.2009 – Folha de S. Paulo)

Telefônica é multada pelo CADE

O CADE aplicou multa de R\$ 1,9 milhão contra a Telefônica. A companhia foi acusada de descumprir medida cautelar imposta pelo próprio CADE em 10 de dezembro de 2008. Na ocasião, o órgão antitruste tomou uma série de medidas para que a Telefônica não favorecesse os seus provedores próprios de acesso à internet (como o Terra e o Speddy), em detrimento a concorrentes que utilizam as suas redes. A empresa não poderia, por exemplo, utilizar preços diferenciados de modo a prejudicar provedores concorrentes aos seus. Caso ela descumprisse as determinações, teria de pagar multa diária de R\$ 50 mil. A acusação foi feita pela Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet). Inicialmente, o órgão calculou a multa em R\$ 9 milhões. Seriam R\$ 50 mil multiplicados por 180 dias de descumprimento. No entanto, o presidente do CADE, Arthur Badin, levantou o fato de que a companhia não descumpriu a totalidade das obrigações. Dos 16 itens que foram impostos, apenas dois não teriam sido seguidos de forma satisfatória. (23.07.2009 – Valor Econômico)

Acesso móvel à internet ganha fôlego

Em menos de dois anos, o acesso rápido à internet por meio de redes sem fio deverá superar o número de conexões feitas por redes

fixas no país. A previsão da empresa de pesquisa Pyramid Research é de que o volume de acesso à banda larga via rede fixa saltará dos 13 milhões de acessos estimados neste ano para 17 milhões de conexões em 2011. No mesmo intervalo, a quantidade de acessos por redes móveis vai subir de 8 milhões para 18 milhões de conexões. Para as operadoras de telefonia celular, o aumento de suas redes depende, basicamente, da instalação de novas antenas e equipamentos para suportar a demanda, um processo mais rápido e barato que o exigido das operadoras de telefonia fixa, que precisam escavar o solo para instalar cabos. (29.07.2009 – Valor Econômico)

Teles móveis são beneficiadas em disputa com TVs

A Anatel definiu a proposta de distribuição das frequências entre as teles móveis e as TVs pagas que operam com a tecnologia MMDS (micro-ondas). Caso seja aprovada em consulta pública, as TVs perderão 140 MHz até 2015. Hoje, elas dispõem de 190 MHz. As operadoras móveis, por meio da Associação Nacional dos Prestadores de Serviço Móvel Celular (Acel), pressionavam a Anatel para ficar com 140 MHz das TVs fechadas que, para elas, estariam subutilizados. Enquanto isso, o tráfego em suas redes vem dobrando a cada ano e, segundo elas, haveria risco de colapso, caso novas frequências não fossem liberadas. (31.07.2009 – Folha de S. Paulo)

Outras notícias

Congresso aprova LDO com superávit menor

Em votação simbólica, o Congresso aprovou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, com um superávit primário de 3,3% do PIB. Depois de muita negociação, o governo conseguiu fazer com que os investimentos com o PAC ficassem fora do cálculo do superávit, o que assegura mais gastos em ano eleitoral. Caso utilizada, a estimativa é de recursos adicionais de cerca de R\$ 5,6 bilhões. O governo havia decidido ainda excluir a Petrobras e as suas subsidiárias da apuração do resultado fiscal da União, o que permitiu alterar a meta de superávit de 3,8% para 3,3%. O mesmo já acontece com o PPI (Projeto Piloto de Investimentos), que permite

contabilizar 0,5 ponto percentual do PIB como parte do superávit em obras consideradas prioritárias. Por outro lado, o governo teve que ceder em dois outros pontos. No primeiro, PSDB e DEM conseguiram proibir investimentos federais e das estatais no ano que vem até que o Orçamento seja aprovado pelo Congresso. Outro dispositivo que o governo tentou e não conseguiu aprovar na LDO era o fim do parâmetro utilizado para considerar uma obra superfaturada: a limitação do preço pago pela administração pública por obras e serviços à média de preços vigentes no mercado e apontada em consulta ao Sinapi (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal.

Depois de muita pressão dos ministros do TCU, o governo acabou fechando acordo e desistindo da mudança. (16.07.2009 – Folha de S. Paulo)

Ibama prevê concessão de licenças de 12 obras de grande e médio porte até setembro

O Ibama anunciou um programa para a redução em 40% do tempo médio de tramitação de processos de licenciamento ambiental. O Agiliza II prevê em sua primeira fase, até setembro, licenciamentos de 12 obras de grande e médio porte nos setores elétrico, de petróleo, mineração e rodovias. Entre as medidas do plano, foi publicada uma instrução normativa regulamentando o decreto sobre crimes ambientais, reduzindo das atuais quatro para duas as instâncias de recurso. No entanto, o órgão não listou quais empreendimentos estarão enquadrados no novo programa. De acordo com o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, a medida impedirá a protelação das multas aplicadas pelo órgão, até agora sujeitas a recursos, que acabavam por expirar. Com isso, o julgamento dos autos de infração, que poderia chegar a sete anos, agora pode ser concluído em dois anos. A medida, prevista para ser implementada em setembro, permitirá que essas liberações sejam emitidas em até 24 horas. Outra ação anunciada foi a criação de cursos de capacitação para novos servidores atuarem na área de licenciamento. Segundo o MMA, 1.426 processos de licença ambiental em andamento, que vão desde dragagem de rios até centro de pesquisa em energia nuclear encontram-se em tramitação na área de licenciamento do Ibama. O balanço anterior, referente ao programa Agiliza I, apontou um crescimento de 37% no número de licenças concedidas. De um total de 472 licenças emitidas, 213 foram para obras do PAC, com redução de prazos. (29.07.2009 – CanalEnergia)

Metade das obras do PAC encarece até 100%

O PAC enfrenta um forte encarecimento no custo das obras. Quase metade dos projetos incluídos no pacote federal passou por revisão no volume de investimentos nos últimos dois anos. Há casos em que o valor da construção subiu 100%, como é o caso do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, da Petrobras. Os dados constam de levantamento feito pelo jornal Estado com 122 empreendimentos de logística, energia, saneamento, urbanismo e transporte urbano. Desse total, 55 tiveram aumento no custo das obras. O resultado foi obtido com base na comparação entre o último balanço do PAC (abril de 2009) e os relatórios anteriores. Só ficaram de fora obras incluídas recentemente no programa ou que tiveram mudanças na descrição do projeto. Segundo os responsáveis pelas obras, as revisões decorrem de fatores como reajustes anuais dos contratos, mudança nas tecnologias e inclusão de obras não previstas no desenho original. No caso do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, a Petrobras explica que o acréscimo se refere à adoção de uma tecnologia inédita no Brasil de transporte de tubos. Além disso, houve elevação dos custos de bens e serviços por causa do aquecimento do mercado, que acrescentaram R\$ 1,6 bilhão ao investimento, para R\$ 3,1 bilhões. Na época do lançamento do PAC, boa parte dos empreendimentos rodoviários não tinha projeto básico. Como a inclusão no programa exigia o valor de investimentos, o departamento projetou valores médios para cada obra, contou o diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, Hideraldo Luiz Caron. (26.07.2009 – O Estado de S. Paulo)

Documento elaborado com dados disponíveis até 6 de agosto de 2009.

Produto da Unidade de Competitividade Industrial (COMPI)

Gerente-executivo da COMPI: Augusto Jucá

Gerente de Infraestrutura: Wagner Cardoso

Equipe: Alexandre Barra, Carlos Senna, Ilana Ferreira, Luciana Nunes e Mariana Castellani

Coordenação: Luciana Nunes

e-mail: infra@cni.org.br